

Acionistas terão no máximo 10% do capital da Eletrobras

Por Claudia Safatle e Fábio Pupo
| De Brasília

O governo enviará ao Congresso três projetos de lei com pedido de urgência para privatizar a Eletrobras e as distribuidoras do grupo e definir o novo modelo de regulação do setor elétrico. O primeiro projeto a ser submetido ao Legislativo tratará da venda das distribuidoras das regiões Norte e Nordeste.

O projeto que define o formato da privatização do grupo Eletrobras foi discutido ontem com o presidente Michel Temer e vários aspectos da proposta já estão decididos. Na emissão de ações da empresa, cada investidor poderá ter no máximo 10% das ações ordinárias, para que o controle seja de fato pulverizado.

A União, que perde o controle da companhia estatal, vai manter uma "golden share" que lhe dará poder de veto em questões estratégicas. Uma das preocupações do governo em manter essa ação especial é impedir a venda de

subsidiárias da companhia, o que poderia prejudicar algumas regiões do país.

Os novos controladores da Eletrobras terão que se comprometer com um programa de revitalização do rio São Francisco, que demandará investimentos de R\$ 350 milhões anuais pelo prazo de 30 anos.

Nesse mesmo projeto constará a "descontização" de 14 hidrelétricas que tiveram as concessões prorrogadas em 2012, conforme a Medida Provisória 579, editada pelo então governo Dilma Rousseff. Isso significa que os contratos de concessão dessas usinas serão zerados, renovados por mais 30 anos e as empresas poderão praticar tarifas de mercado.

As mudanças vão valorizar as hidrelétricas e a expectativa do governo é que as receitas com as outorgas cheguem à casa dos R\$ 36,6 bilhões, cifra bem superior às estimativas originais, em torno de R\$ 22 bilhões. Na proposta para o

Orçamento da União de 2018, o governo já contou com a sua parte, de R\$ 12,2 bilhões.

O projeto prevê o rateio das receitas de outorga em três partes: um terço para a União, um terço para capitalizar a Eletrobras e o restante para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), um fundo setorial que arca com os subsídios na conta de luz.

O Ministério de Minas e Energia, que concebeu o modelo aprovado pelo Planalto, espera uma adesão voluntária da assembleia de acionistas da Eletrobras a esse conjunto de decisões. O novo marco regulatório do setor elétrico, cuja proposta foi colocada em consulta pública pelo ministério, constará de um terceiro projeto de lei, também com pedido de urgência.

O presidente Temer pediu pressa à equipe econômica na finalização dos textos, para que comecem a ser encaminhados até quinta-feira à Câmara dos Deputados. A área econômica trabalha com o fim de





fevereiro como prazo-limite para que a proposta de privatização seja aprovada pelos parlamentares, de modo a permitir que a operação seja feita ainda em 2018. A ideia original da equipe econômica era fazer o processo por meio de medida provisória, mas foi derrotada pela tese da área política, que considerou mais complicado tratar do tema dessa maneira no ambiente político atual e com as resistências expressas do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Temer também não quer se indispor com os deputados após a suspensão de duas denúncias em seu desfavor e no período pré-eleitoral. Por sua vez, Maia se comprometeu a acelerar o andamento do projeto na Câmara - ele deve ser enviado pelo regime

de urgência.

De acordo com uma fonte da área econômica, não há problema na medida ser enviada por projeto de lei, desde que não se demore demais para aprovar. "Se passar de fevereiro, azeda de vez", comentou a fonte, que, considera que o ideal é que tudo esteja bem encaminhado ainda este ano, em termos legislativos. Isso porque, explicou, a burocracia que envolve a privatização leva ao menos dez meses. A vantagem da medida provisória é que a lei estaria em vigor e permitiria que alguns passos burocráticos já fossem dados.

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, vê como possível a privatização antes de julho do ano que vem. "O governo vai diminuir participação na Eletrobras para menos de 40%. Terá oferta de ações

na BMF&Bovespa em 2018, se possível no 1º semestre", disse ele por meio da conta da pasta no Twitter. Em outubro haverá eleições presidenciais.

A decisão do envio via projeto de lei foi tomada por Temer em reunião com a presença de cinco ministros e do presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira. O executivo afirmou ontem que as distribuidoras do grupo a serem vendidas passarão para as mãos privadas até fevereiro.

Temer quer acelerar a matéria: pediu ao ministro de Minas e Energia, Fernando Filho, que cancelasse viagens a São Paulo e ao Rio de Janeiro para se dedicar ao assunto. (Colaboraram Fabio Graner, Andrea Jubé, Rafael Bitencourt e Bruno Peres, de Brasília, e Rodrigo Polito, do Rio)

Planejamento cria regra para desinvestimento de estatais

Por Fábio Pupo | De Brasília

O governo criou uma série de procedimentos que orientam como estatais de economia mista devem conduzir o processo de desinvestimentos programado para os próximos anos. As normas têm como objetivo dar segurança jurídica às operações e devem ser seguidas por empresas como Petrobras e Eletrobras.

O secretário de Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Fernando Antonio Ribeiro Soares, diz que o procedimento foi criado após um entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU) na análise de desinvestimentos da Petrobras, em que foram sugeridas normas para regular as operações de estatais. A oferta de ações (IPO, na sigla em inglês) da BR, diz ele, já deve seguir esse modelo.

Publicado em decreto na última semana, o conjunto de regras estabelece sete etapas a serem

cumpridas pelas estatais de economia mista: preparação das normas, consulta de interesse, apresentação de propostas preliminares, apresentação de propostas firmes, negociação e assinatura dos contratos. Além disso, o texto prevê duas comissões - de avaliação e alienação - para acompanhar o processo em cada estatal.

O texto do decreto enumera como objetivos das normas a adoção de métodos de governança corporativa, geração de transparência e segurança jurídica, permitir a fiscalização e gerar o maior retorno econômico à empresa. Também prevê a criação, em cada estatal, de uma comissão de avaliação e uma comissão de alienação - uma independente da outra.

De acordo com Soares, o governo está, com a medida, normatizando operações não apenas de venda - mas também de extinção e de parcerias com empresas privadas. Exemplo de uma operação

que não envolva a venda de um ativo é o da companhia Downstream, subsidiária da Petrobras, que deve ser incorporada hoje pelo grupo em assembleia de acionistas.

A petroleira tem outros quatro ativos alvo de operações de desinvestimento por parte do governo. A Nova Transportadora Nordeste (NTS), subsidiária da Petrobras, deve ser incorporada pelo grupo ainda neste mês. A BR Distribuidora tem IPO previsto para dezembro. Além disso, as vendas da Citepe e da petroquímica de Suape estão em processo.

No caso da Eletrobras, o governo quer vender ao menos seis distribuidoras da empresa nas regiões Norte e Nordeste. Além disso, estão em análise operações com 178 sociedades de propósito específico (SPE) do grupo. Outros 47 ativos, de geração e transmissão, também devem ser alvo de um rearranjo financeiro.

Na Caixa Econômica Federal, está em andamento o processo de





concessão da Lotex. O processo é liderado pelo Ministério da Fazenda, que inclusive tem feito apresentações do ativo a investidores ao redor do mundo.

Na avaliação de Soares, o decreto busca que melhores resultados para as estatais sejam buscados em cada operação, mudando procedimentos que eram adotados no passado - como no caso da Petrobras que, diz, avançou "demais" em várias áreas de mercado. Hoje, a estatal precisa ser desalavancada e avalia a saída de negócios não prioritários como o petroquímico.

Apesar de ser de adoção facultativa, o secretário diz que o conjunto de regras deve ser adotado por Petrobras e Eletrobras. No caso da petroleira, o próprio TCU já analisou a venda de ativos da estatal

neste ano e acabou sugerindo o arcabouço de normas criados para reger as operações de sociedades de economia mista.

Soares contesta a visão de que o governo está privatizando empresas apenas para melhorar indicadores fiscais. "Quando se fala que estamos aqui pensando em apenas gerar resultado fiscal, acho uma fala completamente limitante do nosso trabalho. Porque o que fazemos não é meramente privatizar para gerar fiscal, até porque não entra no resultado primário", disse. De fato, operações de privatização de estatais não geram resultado primário.

Para o secretário, a visão do governo não é apenas de "privatizar por privatizar". Para ele, as operações planejadas pelo governo servem também para racionalizar a estrutura das estatais.

Gasto social de prefeituras sobe a 55,4% do total de despesas, apesar de corte de verbas

Por Ana Conceição | De São Paulo

Em meio ao aumento da demanda da população por serviços públicos por causa da crise, as despesas com saúde, educação e assistência social dos municípios atingiram 55,4% das despesas totais, um percentual recorde. A informação é da 13ª edição do relatório "Multi Cidades - Finanças dos Municípios no Brasil", divulgado ontem pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP).

Essa fatia dos gastos sociais nas despesas municipais deve seguir crescente e, em um cenário de receitas apertadas por mais algum tempo, áreas como investimentos, transporte e zeladoria continuarão a ser prejudicadas, afirma Jonas Donizette, presidente da entidade e prefeito de Campinas (SP). "Essa parcela do gasto pode chegar a 60% no futuro próximo", afirma.

Com a crise, aumentou a procura por serviços públicos de saúde e educação. Para dar conta da

demanda, as cidades cortaram custeio e investimento e seguraram o gasto com pessoal, que não caiu, mas também não aumentou em 2016, segundo dados do relatório. "Nessa crise, quem está segurando as pontas na área social são as prefeituras", afirma Donizette. O anuário usa dados do Tesouro Nacional e de órgãos como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Ministério da Saúde, Receita Federal, entre outros.

"A pressão sobre a despesa municipal com saúde cresceu substancialmente na crise. No biênio 2015-2016, cerca de 2,6 milhões de pessoas deixaram de ter planos de saúde suplementares e passaram a depender do sistema público", afirma o relatório, citando dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). O peso das áreas sociais nos orçamentos municipais, de acordo com o anuário, tem sido crescente nos últimos anos. Saiu de 48% em 2002 para 55,4% no ano passado.

Em 2016, apesar de terem aumentado sua fatia nos gastos,

saúde e educação receberam menos recursos. No primeiro caso, o recuo foi de 1,6% em termos reais, para R\$ 134,21 bilhões. Desconsiderando-se São Paulo e Rio de Janeiro, que elevaram despesas na área, a queda foi maior, de 2,3%. Em educação, os gastos caíram 1,9%, para R\$ 148,4 bilhões, segundo ano de redução.

Outra despesa importante dos municípios, o gasto com pessoal ficou estável pelo terceiro ano seguido - R\$ 265 bilhões, contra uma queda na receita corrente, de 2,3% em 2015 e de 0,6% em 2016. Segundo o presidente da FNP, os municípios têm tentado adequar o pessoal à realidade econômica, mas a equação é difícil de fechar diante da municipalização de serviços determinada pela Constituição de 1988. "Tem um limite. As áreas onde há maior número de funcionários nas prefeituras são as de educação e saúde. Por mais que se modernize, não se substituem pessoas", diz Donizette.

Uma pesquisa feita em 2016 pelo Departamento de Análise de Políticas





Públicas (DAPP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) informa que a municipalização de serviços fez o número de servidores públicos municipais crescer 163% entre 1998 e 2014. Na esfera estadual, o aumento foi de 34% e, na estadual, de 27,7%. Este será o principal tema de debate da FNP em 2018, que reúne prefeitos no fim deste mês em Recife para tratar desta e outras questões, como a reforma tributária. "Em 2018, queremos discutir com os candidatos a presidente e ao Legislativo projetos que direcionem mais recursos para as cidades. Em março, teremos pronta uma proposta para discussão", afirmou o presidente da FNP.

Em 2016, as receitas totais dos municípios (correntes e de capital) caíram apenas 0,2%, para R\$ 551,36 bilhões, após recuo de 2,9% no ano anterior, graças à repatriação de recursos do exterior e à aprovação da Emenda Constitucional 84/2014, que acrescentou 1% das receitas do IR e do IPI ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A receita corrente, gerada pelos impostos municipais e outros

instrumentos, caiu 0,6%, mas se for retirado o efeito da repatriação, o recuo foi de 3%. Os impostos municipais, com exceção do IPTU, foram muito afetados pela crise. O recolhimento do ISS foi o menor desde 2012.

"A repatriação foi fundamental para fechar as contas do ano", afirma Donizette. "Alguns municípios pagaram o 13º salário com esses recursos". Em 2017, ele diz haver certa recuperação na receita, mas sem recursos extras a situação será desafiadora. Na parte dos gastos, a despesa total caiu 2,5% em 2016, para R\$ 539 bilhões. A diferença entre gasto e receita foi positiva em R\$ 11,72 bilhões, após dois anos de déficit.

As despesas de custeio (excluídos juros e encargos da dívida, operações entre órgãos e a despesa com pessoal) foram as menores em quatro anos e chegaram a R\$ 219 bilhões, de R\$ 225,5 bilhões em 2015. Algumas capitais fizeram cortes radicais, bem acima de média nacional de 3%: Belém (-24,4%), Aracaju (-15,9%), Recife (-15,3%), Campo Grande (-15,0%), João Pessoa (-11,5%), Porto Velho (-

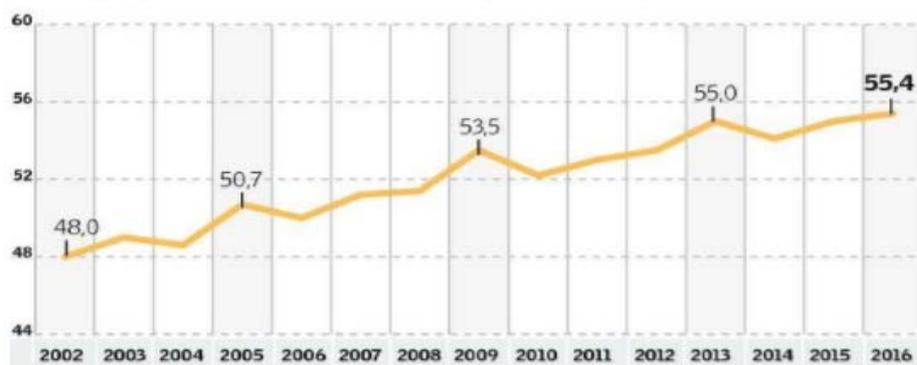
10,5%) e Boa Vista (-10,1%).

Com o corte dos gastos em custeio para enfrentar a queda de receita, diminuiu também o seu peso nos orçamentos municipais. Em 2016, os custeios representaram 41,4% da receita corrente, o menor nível desde 2002, ano de início da série de dados consolidados pelo anuário. E houve queda acentuada no número de municípios nos quais a despesa com custeio supera a com pessoal. Em 2002, mais da metade (53,5%) dos municípios gastava mais com custeio do que com pessoal. Em 2016, esse percentual foi de apenas 10,7%.

Ainda nas despesas, o volume de recursos destinados pelos municípios a investimentos em obras e equipamentos encolheu pelo segundo ano seguido, para R\$ 41,26 bilhões, em 2016. Foram R\$ 7,31 bilhões a menos, corrigidos pela inflação. Em 2015, já haviam sido cortados R\$ 9,63 bilhões. A participação dos investimentos na despesa total, que já havia caído em 2015 para 8,8%, o menor índice desde 2006, voltou a recuar em 2016, para 7,6%.

Fatia em ascensão

Participação das áreas sociais na despesa municipal - em %



Fonte: Multi Cidades - Finanças dos Municípios no Brasil.* saúde, educação e assistência social

Cidades de MG querem ajuda federal para fechar contas

Por Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

A maioria dos municípios de Minas Gerais não terá recursos para pagar o 13º salário de seus servidores este ano. Segundo o presidente da Associação Mineira dos Municípios (AMM), Julvan Lacerda, mais de 70% das prefeituras do Estado enfrentam essa situação.

A saída emergencial, defendem os prefeitos mineiros, é a aprovação pelo governo do presidente Michel Temer (PMDB) de um pacote de socorro para os municípios.

O pacote é uma bandeira que une prefeitos em todo o país e um dos temas que serão levados por ele em um encontro agendado para o fim do mês em Brasília.

O que está em jogo é um total de R\$ 4 bilhões a serem partilhados pelas prefeituras, e precisaria da edição de uma medida provisória. Julvan Lacerda, presidente da entidade mineira de prefeitos, disse que os municípios do Estado ficariam com 15% desse bolo.

No ano passado, a parcela de recursos advinda da repatriação de recursos no exterior ajudou

prefeituras a remediar suas contas no fim do ano, disse Lacerda, que é prefeito de Moema. Este ano os municípios precisam novamente de recursos extras.

Mais de 300 dos 853 prefeitos do Estado se reuniram nesta segunda-feira em Belo Horizonte em um evento da AMM para alinhar reivindicações. Deputados federais também participaram. Um deles, Domingos Sávio (PSDB-MG) defendeu mais pressão sobre o governo federal e chegou a dizer que se não houver verbas extras para a Saúde a bancada mineira poderá não votar o Orçamento federal de 2018.

As dificuldades financeiras dos prefeitos relacionadas à crise econômica não são exclusividade dos municípios de Minas, mas no Estado há um fator adicional. Prefeitos têm reclamado muito de atrasos em repasses que o governo estadual deveria fazer às prefeituras.

Somando recursos referentes ao transporte escolar, à Saúde e à parcela do ICMS que cabe às prefeituras, o valor estimado pela AMM devido pelo Estado é de cerca de R\$ 3 bilhões.

Segundo Lacerda, o governador Fernando Pimentel (PT), afirmou a ele ontem que o Estado vai pagar

imediatamente a primeira de cinco parcelas atrasadas referentes ao transporte escolar e que o restante será quitado até janeiro. Outra pendência que o governo se comprometeu a acertar é o pagamento de recursos do fundo da educação, o Fundeb, referente ao ICMS.

Mas a maior parte da conta cobrada pelos prefeitos diz respeito aos recursos para a saúde. "A questão da saúde ainda está em aberto", disse Julvan Lacerda. Pelos dados a AMM, esses repasses atrasados para a Saúde somam cerca de R\$ 2,5 bilhões.

Em dificuldades financeiras, o governo de Minas vem parcelando desde o início de 2016 os salários de parte dos servidores públicos. Para um grupo de prefeitos, Pimentel fez uma indicação positiva em relação à demanda crescente dos prefeitos para receber verbas atrasadas.

No entanto, alguns prefeitos afirmaram ao Valor que em ano pré-eleitoral os atrasos minam o apoio que Pimentel poderia ter até de prefeitos da oposição. O governador tentará a reeleição em 2018 e tem aparecido em primeiro nas pesquisas de intenção de voto.

Retorno do Tesouro com título híbrido é inferior à inflação

Por Fernando Torres | De São Paulo

O Tesouro Nacional arcou com subsídio implícito de até R\$ 34 bilhões desde o início de 2014, ao manter investimento de mais de R\$ 75 bilhões nos principais bancos federais do país na forma de títulos híbridos de capital e dívida.

Esses instrumentos foram usados nos governos Lula e Dilma para reforçar o capital próprio de bancos públicos como BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, com intuito de aumentar a capacidade de oferta de crédito dessas instituições, enquanto os bancos privados fechavam as torneiras dos empréstimos.

A opção por esse tipo de aporte, em vez de um aumento de capital tradicional, se deu porque se encontrou uma maneira fazê-lo sem afetar as metas fiscais na época, em uma saída que tem sido questionada agora pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Há contratos específicos para cada um desses instrumentos, que preveem o pagamento de "juros variáveis", sem que os bancos divulguem exatamente de que forma a remuneração efetiva a ser paga é calculada. O BNDES diz, por exemplo, que o teto a ser pago é TJLP, mas acaba pagando bem menos do que isso.

Conforme dados do Tesouro, a remuneração efetivamente recebida na forma de juros sobre esses instrumentos híbridos nos últimos três anos foi inferior à inflação do período, entre 2% e 3,5% ao ano.

Isso faz com que o subsídio implícito da União com essas transações seja proporcionalmente maior que o existente em operações de repasse comuns entre o Tesouro e o BNDES (estas maiores em valores absolutos), em que a União paga juro próximo da Selic no mercado para se financiar e recebe de volta apenas TJLP.

O Tesouro Nacional recebeu R\$ 1,66 bilhão entre março e abril deste

ano como remuneração pelos R\$ 77,8 bilhões que tem investidos em títulos híbridos de cinco bancos federais - além de BNDES, Caixa e BB, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia também receberam aportes.

Essa remuneração se refere ao ano de 2016 e equivale a um retorno de apenas 2,1% sobre o principal investido. O percentual é menor do que o verificado nos anos de 2016 e 2015, quando os juros foram equivalentes a 3,4% e 3,5%, pela ordem, do total da dívida.

Considerando o investimento R\$ 75,8 bilhões em híbridos de BNDES (R\$ 35,5 bilhões), Caixa (R\$ 32,2 bilhões) e BB (R\$ 8,1 bilhões), o retorno médio acumulado pelo Tesouro desde o início de 2014 foi de apenas 10,5% (incluindo reinvestimento dos juros recebidos a CDI), ou R\$ 8,0 bilhões. No mesmo período, a inflação acumulada foi de 27,8%.

Se o mesmo valor de principal de R\$ 75,8 bilhões tivesse sido aplicado





em CDI no fim de 2013, o Tesouro teria tido retorno de 55,6%, o que significa dizer que o subsídio (ou prejuízo), por esse critério, foi de R\$ 34,2 bilhões.

Caso a remuneração dos títulos fosse por TJLP, o rendimento acumulado alcançaria 26,7% (próximo da inflação), o que renderia R\$ 12,3 bilhões acima do que foi de fato auferido.

Na condição de acionista dos bancos - e não de detentor de títulos híbridos nas condições acertadas -, o retorno também seria maior. Considerando lucro somado de cada banco entre janeiro de 2014 e junho de 2017, o retorno acumulado sobre o patrimônio líquido inicial foi de 34,8%. Com essa rentabilidade, o Tesouro teria ganho R\$ 18,4 bilhões maior do que foi de fato contabilizado.

Conforme antecipou na sexta-feira o Valor PRO, serviço de

informações em tempo real do Valor, o TCU vê ilegalidade na emissão direta de títulos da dívida pública que o Tesouro fez para viabilizar essas operações. E por isso quer a devolução dos recursos, embora aceite que o pagamento seja feito de forma escalonada, para não comprometer os índices de capital dos bancos.

Nessas operações, em grande parte autorizadas por medidas provisórias específicas com intuito de capitalizar os bancos federais, o Tesouro emitia novos títulos públicos e os entregava para os bancos. Esses títulos entravam no ativo do banco e, quando venciam, o Tesouro entregava dinheiro.

Em troca do aporte recebido, em vez de ações ou títulos de dívida comuns, os bancos emitiram instrumentos híbridos em favor do Tesouro. Esses papéis não tem vencimento para o principal e preveem juros variáveis, que deixam

de ser devidos quando não são pagos após um ano. Por essa característica benevolente com o devedor, podem ser tratados como capital para fins de índices de Basileia.

Para o TCU, quando o Tesouro emitiu títulos públicos novos e os entregou para os bancos, isso equivaleria a um empréstimo dessas instituições ao Tesouro - mesmo que por poucos dias -, o que seria vedado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Para o TCU, isso é diferente de quando um banco compra um título público em condições normais de mercado.

Esse aporte, feito por meio de títulos, foi extraordinário, não entrando como despesa de capital, o que permitiu que o Tesouro, na época, reforçasse o capital dos bancos públicos sem afetar as metas fiscais.





Passo a passo da operação



Questionamento do TCU

Ao emitir títulos públicos e os entregar diretamente para os bancos, essas instituições financeiras estariam emprestando dinheiro - mesmo que por poucos dias - ao Tesouro, o que seria vedado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Para o TCU, isso é diferente de quando um banco compra um título público em condições normais de mercado

Esse aporte, feito por meio de títulos, foi extraorçamentário, não entrando como despesa de capital, o que permitiu que o Tesouro, na época, reforçasse o capital dos bancos públicos sem afetar as metas fiscais

Retorno comprometido

Comparação de rendimento com os recursos - R\$ bilhões



Fonte: Tesouro Nacional, Banco Central, IBGE, BNDES, bancos e Valor. Elaboração: Valor. *Instrumentos elegíveis a capital de BNDES, Caixa e BB. Cálculo considera reinvestimento dos juros pagos ao Tesouro a CDI até 1/11/17.

Planalto tenta destravar Minha Casa, Minha Vida

Por Edna Simão | De Brasília

Um ano antes da disputa eleitoral, o governo tenta destravar o programa Minha Casa, Minha Vida para as famílias de menor renda. O ministro das Cidades, Bruno Araújo, anunciou ontem a contratação de 54.089 unidades habitacionais para famílias com renda mensal de até R\$ 1,8 mil. Com isso, no ano, o total de contratações autorizadas somam 92.304 moradias.

A meta de contratações do faixa 1 do programa em 2017 é de 170 mil. A expectativa é fechar o ano perto desse valor pois, nos próximos dias, o governo vai anunciar a contratação de mais 70 mil unidades para entidades urbanas e rurais. Até o fim do governo do presidente Michel Temer, Araújo acredita ser possível atingir a mais 530 mil contratadas, sendo 130 mil para faixa 1 e o restante para as outras faixas de renda. No momento, cerca 500 mil unidades já estão em construção.

Apesar da forte restrição orçamentária pela qual passa o programa, o ministro acredita que o orçamento que chegou, após contingenciamento, a R\$ 3,5 bilhões neste ano e passou para R\$ 5,2

bilhão na proposta orçamentária de 2018, será suficiente para pagamento das obras selecionadas e cumprimento de metas previstas pelo governo.

Além das 54.089 unidades que serão contratadas a partir de agora, outras 25.664 unidades foram autorizadas em junho, somando 79.753 residências. Essas contratações devem beneficiar 337 municípios e envolvem investimentos que somam R\$ 6,31 bilhões. As obras, a serem tocadas por 192 empresas de construção, irão gerar 140 mil empregos e aquecer a cadeia produtiva do setor. Ainda neste ano, o governo permitiu a contratação de mais 12.551 unidades em obras vinculadas a ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Entre janeiro e maio do ano passado, segundo informações do Ministério das Cidades, o Minha Casa, Minha Vida não realizou uma só contratação com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). A recuperação começou a partir de maio de 2016 e garantiu quase quatro mil unidades até o final do ano. O foco no ano passado foi retomar obras paradas e normalizar pagamentos atrasados.

O ministro ressaltou que, em

2016, quando assumiu o cargo, existiam 70 mil paralisadas no país das quais já autorizamos retomada de mais de 45 mil. Ele destacou que os empreendimentos que continuam parados enfrentam problemas burocráticos como, por exemplo, distrato pelo fato de algumas construtoras terem quebrado, inadimplência e demanda judicial.

A secretária nacional de Habitação, Henriqueta Arantes, disse que para o programa possa ser ampliado é preciso mais orçamento. "Para manter programa vivo, precisamos elevar de orçamento", frisou.

O Minha Casa, Minha Vida foi lançado em 2009 pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e foi utilizada como vitrine eleitoral dos governos petistas. Com a forte restrição orçamentária, a chamada faixa 1 do programa, que atende famílias com renda de até R\$ 1,8 mil, ficou praticamente parado pois depende de recursos orçamentários. As outras faixas de renda (1,5, 2 e 3) continuaram andando pois é uma forma de financiamento imobiliário. Em 2013, foram contratados 399 unidades no faixa 1; valor que recuou para 132 mil em 2014; 1.100 em 2015 e 3.976 em 2016.

O previsível êxodo dos cientistas brasileiros

ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE

Eu sabia que ia ficar embaraçado. Mas não sei dizer não a jovens pesquisadores. Principalmente se são brilhantes. Recebi-o, portanto.

Faz pouco mais que um mês. Seu problema era o mesmo que vem afligindo centenas, se não milhares, de outros jovens pesquisadores. Sabem que são promissores, sabem que chegou a sua vez.

Mas também sabem que o período em que consolidam suas posições no cenário científico internacional é curto. Que, se não o aproveitarem, serão para sempre condenados à vala comum dos inconsequentes. Têm pressa. Se não houver mudanças, não sobrevivem como pesquisadores.

Por outro lado, se o Brasil os perde, seja porque migraram, seja porque desistiram, o prejuízo é imenso, irreversível, pois a ciência progride a passos largos, não espera por retardatários. Perder uma geração enquanto o resto do mundo progride, e principalmente agora que o Brasil começava a se recompor quanto à produção de conhecimento, é indesculpável.

O meu jovem interlocutor tem uma proposta de uma prestigiosa

universidade no exterior. O que posso dizer? Poderia eu, em nome de uma certa lealdade ao Brasil, dizer o que espero desse pasticho que detém o poder sobre os destinos do país em Brasília?

O que esperar quando o governo federal reduz o orçamento de ciência e tecnologia a um terço de seu valor anterior? E os congressistas ainda mordiscam o pouco que restou para emendas que beneficiam seus redutos eleitorais. E é bom lembrar que nenhum outro ministério, além do da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, teve corte de verba semelhante.

Será que os economistas da Fazenda e do Planejamento são contra a ciência e a tecnologia? Que não acreditam em sua inequívoca importância para o desenvolvimento nacional? Como pode o jovem cientista escolher a sua pátria sabendo que não terá aqui apoio para suas pesquisas e perecerá em sua luta pela própria sobrevivência intelectual? Por que persistir se seu trabalho não é reconhecido em seu próprio país?

Este governo está demolindo o entusiasmo do jovem pesquisador brasileiro. E, com isso,

comprometendo o futuro do país, pois não percebe que, sem pesquisas, não há progresso científico e tecnológico. E sem este não há inovação e competitividade, seja na indústria, seja em serviços, seja na agricultura.

Não percebem os dirigentes do país que estão aniquilando a juventude criadora do Brasil ao sufocar a atividade científica no Brasil.

Pois bem, o que digo para meu jovem interlocutor? Desista do Brasil? Vá se realizar em ambiente mais propício. Não seja tão patriota a ponto de comprometer o seu futuro. É isso que devo ensinar aos jovens promissores cientistas brasileiros? Devo-lhes dizer que o Brasil não vale a pena? Ou que se limite intelectualmente, e fique neste país que não o valoriza? Digam-me, é isso que devo fazer?

ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, físico, é professor emérito da Unicamp, membro do Conselho Editorial da Folha e presidente do Conselho de Administração do CNPEM (Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais)

Parlamentares fazem propostas para manter reajuste salarial de servidores

Funcionalismo. Deputados e senadores enviaram até ontem à noite mais de 236 emendas à medida provisória que, entre outros pontos, adia o aumento salarial dos funcionários públicos para 2019, alterando completamente as mudanças feitas pelo governo federal

Lorena Rodrigues
Fernando Nakagawa /
BRASÍLIA

Uma semana depois de o governo enviar ao Congresso uma medida provisória que adia para 2019 o reajuste do funcionalismo, parlamentares apresentaram mais de 236 emendas para mudar a proposta original. As alterações, encaminhadas à comissão especial que vai analisar a medida, deixam pelo menos 17 categorias de fora do congelamento de salários. As medidas enviadas na semana passada são essenciais para que o governo consiga fechar as contas de 2018. Só com o adiamento do reajuste salarial para 2019 a economia é de R\$ 5,1 bilhões. Já o aumento da contribuição previdenciária reforça a receita em R\$ 1,9 bilhão. O prazo para apresentação de emendas à Medida Provisória 805 se encerrou à meia-noite.

Deputados e senadores propuseram à comissão mista

manter o aumento salarial para categorias como policiais federais, professores, diplomatas, auditores da Receita Federal e médicos peritos. Os parlamentares enviaram sugestões que desfiguram completamente o planejamento da equipe econômica. Há emenda para cancelar o adiamento do aumento para todos os servidores e outras que contemplam carreiras específicas. "Os partidos de oposição apresentaram emendas para tentar salvar uma ou outra categoria, se não for possível manter todos. Os servidores certamente vão se mobilizar", afirmou o líder da minoria no Senado, Humberto Costa (PT-SP). Foram apresentadas também emendas para encurtar o adiamento do reajuste. O aumento previsto para 2019 viria, pela proposta dos parlamentares, em meados de 2018. A MP 805 também estipulou o aumento, de 11% para 14%, da contribuição previdenciária dos servidores que ganham mais de R\$ 5,5 mil.

Várias emendas protocoladas tiraram a medida e mantêm inalterada a contribuição do funcionalismo. Ainda não foi definido quem será o relator na comissão – é a ele que caberá negociar e decidir quais emendas serão acolhidas no relatório final, votado na comissão antes de a MP

ser encaminhada ao plenário da Câmara e, em seguida, ao Senado. "Como há parlamentares ligados a grupos específicos do serviço público, é bem provável que eles tentem proteger os segmentos que representam", disse o presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques. Sob forte pressão de sindicatos e servidores, a tramitação do pacote de ajuste corre o risco de seguir o caminho de outras medidas desfiguradas durante a análise do Congresso.

No caso da reforma da Previdência, o texto original foi profundamente modificado, inclusive para excluir categorias como policiais e professores das regras mais duras para a aposentadoria. Além do corpo a corpo com os parlamentares, os servidores públicos deram início a paralisações e prometem recorrer à Justiça contra as medidas. O Ministério do Planejamento disse que não se pronuncia sobre temas em tramitação no Congresso. Na semana passada, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse que a Advocacia Geral da União está preparada para defender a decisão do governo de congelar o reajuste. / COLABOROU IGOR GADELHA





PACOTE FISCAL

- Medida provisória adia reajuste salarial e aumenta contribuição previdenciária de funcionários públicos federais

Servidores atingidos



Reajustes adiados por um ano variam de **4,5%** a **6,1%**

Economia esperada pelo governo é de **R\$ 5,1 bilhões**

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

EMENDAS

- **Categorias**

As propostas dos parlamentares mantêm o reajuste salarial para categorias específicas como: diplomatas e oficiais de chancelaria, peritos médicos da Previdência e médicos federais especialistas do Banco Central, técnicos do Ministério do Planejamento, gestores e analistas de infraestrutura, auditores da Receita. Além de carreiras jurídi-

cas, com advogados da União, procuradores da Fazenda Nacional e do Banco Central

- **Mais radical**

O deputado Tadeu Alencar (PSB-PE) pede o fim do adiamento do reajuste salarial para todas as 26 carreiras previstas na medida provisória, além da derrubada da mudança nas regras para a contribuição previdenciária

Governo vai abrir gastos com custeio

Dados do Executivo poderão ser pesquisados em um portal na internet a partir de dezembro

BRASILIA

O governo vai abrir os dados dos gastos do Executivo com custeio administrativo em um painel online, acessível a qualquer cidadão. A partir de dezembro, será possível consultar no portal, pela internet, as despesas de todos os órgãos do governo federal, inclusive das universidades e dos institutos de pesquisas.

É a primeira vez que o governo deixa disponíveis os dados de despesa de custeio com esse alcance e nível de detalhe. Não será necessária senha de acesso, como ocorre hoje em outras plataformas do governo.

Essas são as despesas operacionais, como contas de luz e telefone, viagens, transportes e impressão de papel. Representam 2,5% dos gastos discricionários do governo federal e este ano devem consumir R\$ 35 bilhões do Orçamento da União.

"Parece pouco em relação ao Orçamento de R\$ 1,3 trilhão de despesas, mas não é. R\$ 35 bilhões é muito dinheiro", diz o secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Gleisson Cardoso Rubin, responsável pelo projeto. Segundo ele, essa é uma

ferramenta de monitoramento muito amigável dos gastos para manter as necessidades do dia a dia de cada órgão.

O governo já identificou, por exemplo, gastos de R\$ 2,156 bilhões em 2016 somente com conta de luz. Só as universidades pagaram R\$ 517 milhões. Como exemplo, a Universidade Federal do Pará (UFPA) gastou 21% do seu custeio com energia, o dobro da média nacional de 11,6% - valor considerado alto mesmo levando em conta que a energia no Norte é mais cara. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), maior do País, gastou R\$ 35 milhões - 15% do seu orçamento total de custeio.

Para o secretário, os dados mostram que pode ser urgente a necessidade de um programa de eficiência energética na universidade paraense. Ele ressalta, no entanto, que é preciso fazer uma análise aprofundada dos resultados das pesquisas. Procurada, a UFPA não comentou.

O sistema permite fazer um ranking dos órgãos que mais gastam com determinada despesa e comparar a sua parcela em relação ao volume total de gastos. A ideia é dar transparência e apostar no controle para combater ineficiências nas despesas.

O governo vai buscar a correção do desperdício e, se for o caso, identificar fraudes. Auditores da Controladoria-Geral da União (CGU) serão treinados neste mês para trabalhar com a plataforma e verificar desvios.

O secretário diz que sempre incomodou a falta de uma visão geral de cada órgão. "Mesmo quando tivemos uma queda muito grande de gastos com passagens aéreas, não significa que caiu em todos os órgãos." Serão 23 agrupamentos de despesas.

O cruzamento de dados mostrou que a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) gastou R\$ 2 milhões em 2016 com cópias e impressões de documentos, dez vezes mais do que a média das federais. Com a publicação dos dados, o governo acredita que será possível fazer um diagnóstico sobre o motivo de o gasto vir tão alto.

A UFMS informou que adotou neste ano o Sistema Eletrônico de Informações, para compartilhamento de documentos e acompanhamento de processos. A plataforma entrou em operação em 1.º de agosto e prevê a digitalização também de processos antigos. / I. T. e ADRIANA FERNANDES